

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2020**

DENOMINAÇÃO: LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

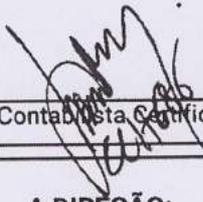
MORADA: Rua Santos Pousada, nº. 182

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Bonfim

CONCELHO: Porto

COD. POSTAL: 4000-478

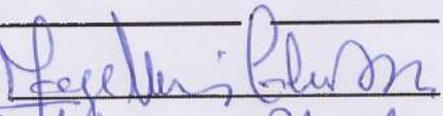
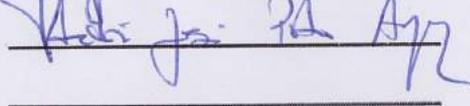


(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: Porto _____

ASSINATURAS:

LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte : 500849200
 Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	192 624,76	183 797,76
Ativos intangíveis	5	0,00	170,83
Investimentos financeiros	11.12	4 315,59	3 151,58
		196 940,35	187 120,17
Ativo corrente			
Inventários	6	1 584,84	1 128,75
Créditos a receber	11.6	168,50	277,00
Estado e outros entes públicos	11.7	3 257,68	4 547,42
Diferimentos	11.2	3 092,06	1 075,22
Outros ativos correntes	11.1	241 225,21	225 159,11
Caixa e depósitos bancários	11.3	1 722 165,18	1 675 778,72
		1 971 493,47	1 907 966,22
Total do ativo		2 168 433,82	2 095 086,39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.4	31 666,62	31 666,62
Resultados transitados	11.4	1 479 974,78	1 552 190,22
		1 511 641,40	1 583 856,84
Resultado líquido do período		43 205,92	-72 215,44
Total dos fundos patrimoniais		1 554 847,32	1 511 641,40
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	11 634,51	19 729,18
Estado e outros entes públicos	11.7	11 504,48	10 769,28
Diferimentos	11.2	179 421,00	137 486,11
Outros passivos correntes	11.8	411 026,51	415 460,42
		613 586,50	583 444,99
Total do passivo		613 586,50	583 444,99
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 168 433,82	2 095 086,39

A Direção

O Contabilista Certificado

António José Botto Agz

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 500849200

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	7	18 934,81	21 043,50
Subsídios, doações e legados à exploração	11.9	789 924,92	693 214,68
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-80 789,78	-73 415,43
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-218 520,08	-211 853,54
Gastos com o pessoal	9	-477 384,43	-450 345,10
Aumentos/reduções de justo valor	11.11	-158,12	135,82
Outros rendimentos	11.13	27 702,12	18 170,78
Outros gastos	11.14	-5 276,57	-56 340,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		54 432,87	-59 389,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-11 226,95	-12 825,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		43 205,92	-72 215,44
Resultados antes de impostos		43 205,92	-72 215,44
Resultado líquido do período		43 205,92	-72 215,44

A Direção

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

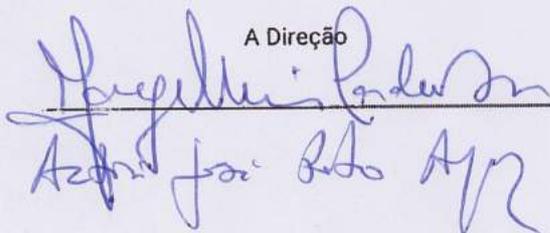
[Handwritten signature in blue ink]

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

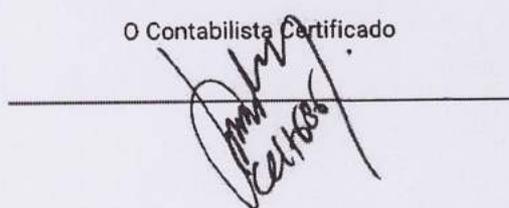
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		18 199,91	20 820,20
Pagamentos a fornecedores		-290 698,33	-257 382,48
Pagamentos ao pessoal		-270 007,45	-278 920,29
Caixa gerada pelas operações		-542 505,87	-515 482,57
Outros recebimentos/pagamentos		589 064,90	432 751,71
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		46 559,03	-82 730,86
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-18 905,74	-11 156,07
Investimentos financeiros		-1 154,38	-1 045,77
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,18	8,79
Juros e rendimentos similares		913,81	910,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-19 146,13	-11 282,48
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		17 962,64	2 383,90
Outras operações de financiamentos		1 010,92	1 010,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		18 973,56	3 394,82
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		46 386,46	-90 618,52
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 675 778,72	1 766 397,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.3	1 722 165,18	1 675 778,72

A Direção



O Contabilista Certificado



LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 500849200

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré-Escolar	Lar Residencial	Projeto Gas Fenosa I e II	Projeto POISE	Adaptar Social+	PERÍODOS	
							2020	2019
Vendas e serviços prestados		18 934,81	0,00	0,00	0,00	0,00	18 934,81	21 043,50
Custo das vendas e dos serviços prestados		-137 062,47	-421 397,59	0,00	0,00	0,00	-558 460,06	-529 050,56
Resultado Bruto		-118 127,66	-421 397,59		0,00	0,00	-539 525,25	-508 007,06
Outros Rendimentos		123 819,97	629 518,53	50 237,16	10 924,38	3 153,29	817 653,33	711 560,29
Gastos administrativos		-23 773,43	-145 170,67	-47 682,96	-9 680,83	-3 153,29	-229 461,18	-219 578,21
Outros Gastos		-145,73	-1 968,43	-2 554,20	-792,62	0,00	-5 460,98	-56 190,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18 226,85	60 981,84	0,00	450,93	0,00	43 205,92	-72 215,44
Resultado antes de impostos		-18 226,85	60 981,84	0,00	450,93	0,00	43 205,92	-72 215,44
Resultado líquido do período		-18 226,85	60 981,84	0,00	450,93	0,00	43 205,92	-72 215,44

A Direção
 [Assinatura]
 [Assinatura]

O Contabilista Certificado
 [Assinatura]

**LAR NOSSA SENHORA DO
LIVRAMENTO**

Anexo às Demonstrações Financeiras

2020

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos fixos tangíveis	10
5	Ativos Intangíveis	10
6	Inventários	11
7	Rendimentos e gastos	11
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	11
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
11	Outras divulgações	13
11.1	Outros ativos correntes	13
11.2	Diferimentos	13
11.3	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.4	Fundos Patrimoniais	14
11.5	Fornecedores	14
11.6	Créditos a receber	14
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.8	Outros Passivos Correntes	15
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.10	Fornecimentos e serviços externos	16
11.11	Aumentos / reduções de justo valor	17
11.12	Investimentos financeiros	17
11.13	Outros rendimentos	17
11.14	Outros gastos	18
11.15	Resultados Financeiros	18
11.16	Projeto Gasfenosa I, Gasfenosa II e POISE	18
11.17	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	21
11.18	Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

O Lar Nossa Senhora do Livramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº278 de 2 de Dezembro de 2000.

Tem sede na Rua de Santos Pousada, 182, freguesia do Bonfim no concelho do Porto.

Visa dar apoio às crianças e raparigas socialmente mais desfavorecidas ou carenciadas na sua formação e integração social, bem como desenvolver, dentro das suas possibilidades, todas as valências sociais que estejam ao seu alcance, sempre em resposta às necessidades que forem reconhecidas mais prementes no tempo e no local.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os



quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 11.3, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.4 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que estes são reconhecidos como tal.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração

dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Todas as propriedades de investimento que a instituição detém foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma contabilística em vigor desde 1/1/2016.

3.2.5 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	31-12-2020
Edifícios e Outras Construções	239 075,39	14 268,00	253 343,39
Equipamento Básico	98 277,63	5 615,12	103 892,75
Equipamento de Transporte	14 864,18		14 864,18
Equipamento Administrativo	108 042,34		108 042,34
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77		6 673,77
Ativo Tangível Bruto	466 933,31	19 883,12	486 816,43
Depreciações Acumuladas			
Edifícios e Outras Construções	69 097,57	4 334,24	73 431,81
Equipamento Básico	86 241,10	5 779,12	92 020,22
Equipamento de Transporte	14 864,18		14 864,18
Equipamento Administrativo	106 258,93	942,76	107 201,69
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77		6 673,77
Depreciações Acumuladas	283 135,55	11 056,12	294 191,67
Ativo Tangível Líquido	183 797,76	8 827,00	192 624,76

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	31-12-2020
Programas de Computador	1 134,58		1 134,58
Ativo Intangível Bruto	1 134,58		1 134,58
Depreciações Acumuladas			
Programas de Computador	963,75	170,83	1 134,58
Depreciações Acumuladas	963,75	170,83	1 134,58
Ativo Intangível Líquido	170,83	170,83	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 584,84	1 128,75
Total	1 584,84	1 128,75

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2020	2019
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	1 128,75	866,54
Compras	59 576,17	63 051,07
Doações	21 669,70	10 626,57
Saldo Final	1 584,84	1 128,75
Gastos do Período	80 789,78	73 415,43

A rubrica Doações diz respeito aos valores doados relativos a géneros alimentares.

7 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Prestação de Serviços	18 934,81	21 043,50
Quotas do Utilizadores	18 934,81	21 043,50
Outros Rendimentos e Ganhos	3 871,36	6 702,74
Rendas e Outros Rendimentos não financeiros	3 871,36	6 702,74
Juros e dividendos	1 426,96	1 335,09
Depósitos Bancários	416,04	324,17
De Títulos	1 010,92	1 092,92
Total	24 233,13	29 081,33

8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2020	2019
		Demonstração de Resultados	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	598 607,22	544 863,47
Programa Expansão Pré-Escolar	Não Reembolsável	28 746,36	28 441,68
Segurança Social - Prestação Familiar	Não Reembolsável	23 187,62	18 440,86
F.S. Europeu/OE - Poise	Não Reembolsável	10 473,45	26 597,14
Total		661 014,65	618 343,15

9 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 5 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2020 e 2019 foi de, respetivamente, 28 e 29.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remuneração aos Órgãos Sociais	11 352,00	0,00
Remunerações ao pessoal	373 167,11	360 944,04
Indeminizações	225,16	3723,28
Encargos sobre as Remunerações	80 785,67	78 246,38
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 048,29	6 105,52
Outros Gastos com o Pessoal		
Formação Profissional	0,00	235,00
Vestuário e Calçado	48,00	34,55
Higiene, medicina e segurança no trabalho	1 117,54	1 056,33
lefp – Programa Marees	3 640,66	0,00
Total	477 384,43	450 345,10

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Fornecedores - saldos devedores e adiantamentos	1 220,68	983,85
Juros a receber	38,21	0,00
Rendas a receber	2 473,36	3 622,76
Reposição dotação	0,00	525,69
Seguros a receber	0,00	115,86
Programa expansão pré-escolar	28 746,36	28 746,36
Projeto Poise	0,00	41 571,33
Faculdade Educandas	945,00	654,00
Projeto GasFenosa	153 626,38	97 892,38
Ageas - valores a reembolsar	5,95	5,95
Penhoras	133,89	0,00
Outros devedores	56,10	56,10
Gastos a reembolsar	135,61	135,61
Adaptar Social +	3 153,29	0,00
Títulos - CGD	197,31	193,69
Montepio Tesouraria - Fundos	50 493,07	50 655,53
Total	241 225,21	225 159,11

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 538,65	520,27
Medicina no Trabalho	553,41	554,95
Total	3 092,06	1 075,22
Rendimentos a Reconhecer		
Projeto GasFenosa	179 304,50	123 141,73
Rendas	116,50	116,50
Projeto Poise	0,00	14 227,88
Total	179 421,00	137 486,11

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	5 687,49	6 864,21
Depósitos à Ordem	213 837,67	167 188,30
Depósitos a Prazo	1 502 640,02	1 501 726,21
Total	1 722 165,18	1 675 778,72

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2020:

Descrição	Saldo Inicial	Diminuições	Saldo Final
Fundos	31 666,62		31 666,62
Resultados Transitados	1 552 190,22	72 215,44	1 479 974,78
Total	1 583 856,84	72 215,44	1 511 641,40

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores	11 634,51	19 729,18
Total	11 634,51	19 729,18

11.6 Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2019
Cientes		
Utentes	168,50	277,00
Total	168,50	277,00

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
IVA - A Recuperar	3 257,68	4 547,42
Total	3 257,68	4 547,42
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	2 673,00	2 443,00
Segurança Social	8 719,86	8 225,13
FCT e FGCT	111,62	101,15
Total	11 504,48	10 769,28

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
	Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos	64 688,26	69 159,64
Remunerações a Liquidar	61 889,69	60 560,63
Outras despesas diferidas		
Seguros	0,00	279,70
Água	523,32	46,56
Eletricidade	1 446,82	2 566,36
Gás	131,28	148,61
Reposição acordos cooperação	0,00	2 453,22
Outros Credores por ac. Gastos	697,15	3 104,56
Instituto Segurança Social	346 075,75	346 075,75
Reposição Dotação Lar 2014	140 065,93	140 065,93
Reposição Dotação Lar 2015	167 357,72	167 357,72
Reposição Dotação Lar 2016	38 652,10	38 652,10
Outros Credores	262,50	225,03
Utentes	24,00	0,00
Outros Credores	238,50	225,03
Total	411 026,51	415 460,42

Os valores inscritos na rubrica "Reposição Dotação Lar ..." respeitam aos valores que se considera reembolsar à Segurança Social, pelo facto de durante os períodos em causa as transferências da dotação terem sido calculadas tendo por base um número de utentes superior ao que estava acordado no protocolo de cooperação.

Como tal a instituição optou por não reconhecer o rendimento total das transferências relativas à dotação, uma vez que muito provavelmente terá de proceder à devolução deste valor. Fica

desta forma salvaguardado o reconhecimento no futuro de gastos relativos à devolução de verbas, bem como o reconhecimento neste exercício de rendimentos indevidos.

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
ISS, IP - Centro Distrital (dotação)	598 607,22	544 863,47
IGEFE - Diferencial das educadoras	28 746,36	28 441,68
ISS – Adaptar Social+	3 153,29	0,00
IEFP	3 554,36	0,00
Autarquias – J.F. Bonfim	35 350,02	0,00
Fundo Social Europeu/OE - Poise	10 473,45	26 597,14
Outras Entidades	73 345,85	66 298,62
Donativos	36 595,63	27 013,77
Legados	98,74	0,00
Total	789 924,92	693 214,68

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Os subsídios de "Outra Entidades" englobam 23.187,62 euros de subsídios familiares e 50.158,23 euros referentes ao projeto Gásfenosa.

O valor inscrito em donativos contempla, além de outros, o valor de 13.830,36 euros em géneros alimentares doados pela Lactogal e 17.218,34 euros relativos a outros donativos em espécie.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	285,85	5 290,03
Serviços especializados	31 941,85	28 032,23
Materiais	16 983,77	12 955,69
Energia e fluídos	27 802,90	25 896,85
Deslocações e estadas	5 693,94	4 380,12
Serviços diversos	20 531,96	29 054,56
Encargos com Utentes	32 134,31	33 565,60
Projeto GasFenosa	47 814,67	46 081,32
Encargos com Projetos Financiados	35 330,83	26 597,14
Total	218 520,08	211 853,54

11.11 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2020 e 2019 ganhos e perdas do "justo valor" no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2020	2019
Montepio Tesouraria - fundos mobiliários	- 162,46	165,11
Caixa Geral de Depósitos - Ações e Obrigações	4,34	- 29,29
	- 158,12	135,82

11.12 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Outros investimentos Financeiros		
Participação - Social Shop	250,00	250,00
FCT	4 065,59	2 901,58
Total	4 315,59	3 151,58

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT - Fundo Compensação do Trabalho.

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Outros Rendimentos e Ganhos	26 275,16	16 835,69
Rendimentos suplementares (comparticipação pais JI)	0,00	94,00
Descontos Pronto Pagamento	381,81	48,18
Recuperação de dívidas a receber	0,00	219,00
Outros rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,20
Rendas e Outros Rendimentos prop. Investimento	3 871,36	6 702,74
Restituição de impostos	0,00	717,57
Indemnização seguros	48,75	0,00
Reembolso Subsídio Alimentação	19 566,00	9 045,00
Correções períodos anteriores	1 956,31	0,00
Projeto POISE	450,93	0,00
Juros	1 426,96	1 335,09
Depósitos Bancários	416,04	324,17
De Títulos	1 010,92	1 010,92
Total	27 702,12	18 170,78

No que concerne ao valor da rubrica "Rendas e Outros Rendimentos", para além de outros, em 2020 foi reconhecido o valor de 2.473,36 euros relativo ao imóvel em copropriedade com o Instituto Profissional do Terço.

11.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Dividas incobráveis	0,00	188,80
Gastos em investimentos financeiros	0,00	1,00
Gastos em propriedade de investimento	0,00	50 000,00
Correções exercícios anteriores	4 901,57	5 569,75
Quotizações	300,00	396,00
Multas e Penalidades	75,00	183,80
Outros	0,00	0,90
Total	5 276,57	56 340,25

Dos 4.901,57 da rubrica Outros gastos – Correções exercícios anteriores, 2.554,20 dizem respeito a gastos com mensalidades e propinas do projeto Gas Fenosa não reconhecidos no ano de 2019. Este valor está incluído na nota 11.16 no quadro de gastos incorridos no projeto.

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	416,04	324,17
Dividendos obtidos	1 010,92	1 010,92
Total	1 426,96	1 335,09
Resultados Financeiros	1 426,96	1 335,09

11.16 Projeto Gasfenosa I, Gasfenosa II e POISE

A entidade no exercício de 2014 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado "Projeto Gasfenosa". Este programa consiste no apoio por parte da empresa Gasfenosa aos gastos incorridos pelo Lar Nossa Senhora do Livramento no que concerne a matrículas e mensalidades, manuais escolares, apoio ao estudo e alimentação (cantinas), de acordo com a candidatura efetuada.

O projeto, primeiramente, iria ser desenvolvido até ao ano letivo de 2022-2023 e tinha um valor global previsto de 263 891,00 euros. Em maio de 2018 foi feita uma Adenda ao Acordo de Cooperação, onde mais quatro alunas passaram a integrar o programa e, por esse motivo,

atualizou-se a contribuição da Associação "DIA SOLIDARIO" de GAS NATURAL FENOSA para o montante máximo global de 302.608,00€. No ano de 2020 foi feita nova Adenda ao Acordo de Cooperação, com a entrada de mais três alunas para o programa, tendo sido feita nova atualização da contribuição da Associação "DIA SOLIDARIO" de GAS NATURAL FENOSA para o montante máximo global de 408.929,00€.

O quadro seguinte reflete a nova distribuição por ano letivo dos gastos previstos segundo as diferentes rubricas aprovadas para o projeto:

Tipo Gasto	2014-15	2015-16	2016-17	2017-18	2018-19	2019-20	2020-21	2021-22	2022-23	2023-24	2024-25	2025-26	2026-27	2027-28	TOTAL
Matrículas e mensalidade	26910,00	27902,00	21051,00	15701,00	30692,00	39714,00	52253,30	28113,15	27162,15	16896,53	10090,65	4254,50	4254,50	2700,00	307 694,78
Manuais escolares	3568,00	969,00	1819,00	2450,00	1908,00	1757,00	4850,00	2953,08	2709,08	2772,22	2185,64	285,34	285,34	161,00	28 672,70
Apoio ao estudo	4128,00	763,00	1198,00	1258,00	1978,00	5011,00	2400,00	1866,90	1716,90	1054,22	400,00	-	-	-	21 774,02
Alimentação (cantina)	5012,00	1140,00	1257,00	1201,00	2543,00	-	1770,00	2845,00	2345,00	1160,00	4280,00	480,00	480,00	210,00	24 723,00
Transporte	1190,00	837,00	2089,00	3024,00	4520,00	2384,00	4000,00	1946,75	1514,75	1014,75	1014,75	1014,75	1014,75	500,00	26 064,50
TOTAL	40 808,00	31 611,00	27 414,00	23 634,00	41 641,00	48 866,00	65 273,30	37 724,88	35 447,88	22 897,72	17 971,04	6 034,59	6 034,59	3 571,00	408 929

No quadro seguinte apresentamos a previsão de recebimentos anuais relativos ao projeto:

	Total Anual	TOTAL
Ano 2014	32 646,00	32 646,00
Ano 2015	33 450,00	66 096,00
Ano 2016	28 252,00	94 348,00
Ano 2017	24 390,00	118 738,00
Ano 2018	38 040,00	156 778,00
Ano 2019	47 421,00	204 199,00
Ano 2020	61 992,00	266 191,00
Ano 2021	43 235,00	309 426,00
Ano 2022	35 903,00	345 329,00
Ano 2023	25 408,00	370 737,00
Ano 2024	22 554,00	393 291,00
Ano 2025	6 035,00	399 326,00
Ano 2026	6 035,00	405 361,00
Ano 2027	3 568,00	408 929,00

Os gastos incorridos nas diferentes rubricas, o valor recebido bem como o rendimento reconhecido no exercício de 2020, são discriminados no quadro seguinte:

Valor Total Projeto	Valor Recebido	Recebimentos Futuros
Inicial 263.891,00€		
Recebido ano 2014	33 340,00	
Recebido ano 2015	45 330,92	
Recebido ano 2016	22 889,00	
Recebido ano 2017	31 197,00	
Recebido ano 2018	55 134,00	
Recebido ano 2019	49 240,98	
Recebido ano 2020	50 587,00	
Total Recebimentos	287 718,90	14 889,10
GASTOS	2020	2019
Matrículas e Mensalidades	38 761,25	33 007,03
Manuais Escolares	2 906,71	2 114,82
Apoio ao Estudo	2 156,00	1 601,00
Alimentação (cantinas)	2 305,32	3 220,55
Transportes e outros	3 819,88	5 429,43
Total	49 949,16	45 372,83
Rendimento Reconhecido	2020	2019
Projeto Gasfenosa	50 059,26	46 335,19

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gasfenosa durante o exercício de 2020 ascenderam a 49.949,16 euros. O rendimento reconhecido em 2020 foi no valor de 50.059,26 euros. A diferença deve-se a descontos obtidos no valor de 110,10 euros, independente do apoio do Gas Fenosa ao projeto.

Em termos de recebimentos durante o exercício receberam-se 50 587,00 euros referentes ao Projeto Gasfenosa.

A entidade no exercício de 2018 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado "Projeto A Todo o Gás (Gás Fenosa II)". O projeto, inicialmente, iria ser desenvolvido entre fevereiro de 2018 e julho de 2019 e tinha um valor global previsto de 29.817,28 euros. No entanto, de forma a maximizar o nível de execução do programa, foram propostos e aceites apoios não enquadráveis no projeto "Dia Solidário - Gás Fenosa I" cuja execução se estenderá pelo menos até 2023.

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gas Fenosa II durante o exercício de 2020 ascenderam a 288,00 euros. O rendimento reconhecido em 2020 foi igual aos gastos incorridos no valor de 288,00 euros.

Até ao momento foram registados gastos totais no valor de 22.029,61 euros e foram reconhecidos rendimentos de igual valor.

Também em 2018 a instituição efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado "POISE". O projeto teve um valor global executado de 45.603,95 euros. Em 2020 foram registados gastos totais no valor de 10.473,45 euros e foi reconhecido o rendimento de igual valor.

11.17 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2020, foi o seguinte:
Pré escolar: 37; Lar Infância e Juventude: 37

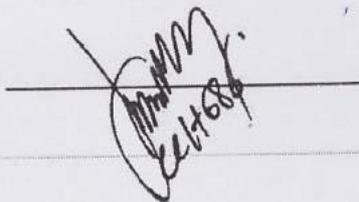
11.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 28 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado



A Direção

